

**O PROJETO RELIGIOSO DAS FILHAS DE MARIA AUXILIADORA PARA O
BRASIL: A EXPERIÊNCIA DO COLÉGIO DO CARMO**

Julia Rany Campos Uzun

Doutoranda em História Cultural - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

E-mail: professorajuliahistoria@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho pretende apresentar a instauração das Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil e as contribuições desta congregação para o ensino de meninas e moças na Primeira República. O objetivo principal do trabalho é discutir como as Salesianas de Dom Bosco representaram um núcleo diferenciado de propagação dos ideais católicos dentro do movimento de diáspora religiosa europeia da segunda metade do século XIX, salientando as especificidades de seu modelo de ensino e buscando descobrir qual modelo de feminino esta educação procurava formar para a nova sociedade republicana.

Sob os olhos da História Cultural, a investigação quer analisar quais foram as motivações que fizeram com que as Filhas de Maria Auxiliadora escolhessem o Brasil como um de seus eixos de expansão e como se deu a escolha dos primeiros locais para a implantação das casas salesianas no país. A pesquisa pretende discutir como se deu a instauração da congregação no Vale do Paraíba, em 1892, com a criação de sua primeira casa no país, na cidade de Guaratinguetá, dando origem ao Colégio do Carmo – que se mantém aberto até os dias de hoje. A relevância do estudo desta casa se dá por ela ter sido a primeira a conceber todos os graus de instrução da congregação – contemplando o a educação primária, ginásial, o ensino normal e a educação profissional – e todas as práticas de ensino – o internato, o externato e o oratório festivo.

Palavras-chave: Secularização no Brasil; Filhas de Maria Auxiliadora; Primeira República; Ordens religiosas no século XX;

O estudioso das religiões não pode abstrair a pura relação religiosa das outras relações concomitantes das quais a religião é quase um reflexo particular, ou seria mais exato dizer que todas essas relações são aspectos diversos de uma mesma unidade, orgânica e multiforme (PETTAZZONI, 1988, p.173).

As últimas décadas do século XIX foram marcadas por um processo de grandes transformações no Brasil. O final do reinado de D. Pedro II foi assinalado pela transferência paulatina do centro econômico cafeeiro do Vale do Paraíba – que via seus recursos se esgotando safra após safra – para o recém-explorado Oeste Paulista; o desenvolvimento urbano das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo se expandia a olhos vistos, criando-se caminhos para unir as duas regiões, ocupadas por uma elite intelectual formada na Europa, em um ambiente liberal, positivista e iluminista, apropriando-se das ideias francesas que alimentava um conjunto de ideais republicanos e anticlericais. O reinado também estava pressionado por uma série de fatores externos, como o franco processo de industrialização pelo qual passava a Inglaterra, que patrocinava o fim da escravidão para a formação de uma classe operária burguesa que consumisse seus produtos – enquanto a aristocracia rural, na maior parte do país, defendia avidamente a continuidade do sistema escravista, a principal fonte de mão-de-obra nas lavouras.

Desde meados do século XIX, a Igreja Católica sofria um movimento de reação interna a uma série de correntes eclesiásticas e teológicas que se contrapunham ao regalismo dos estados católicos, à secularização das sociedades modernas e às novas tendências sociais e políticas surgidas após a Revolução Francesa. Conhecido como ultramontanismo, este conjunto de movimentos de caracterizou por um série de atitudes da Igreja, que podem ser resumidos através da reafirmação da Escolástica, do restabelecimento da Companhia de Jesus, ocorrido em 1814, do fortalecimento da autoridade papal e da condenação dos “perigos” que assolavam a comunidade católica

pela Encíclica *Quanta Cura* e pelo *Syllabus* (anexo à ela), publicados em 1864, definidos como o protestantismo, a maçonaria, o racionalismo, o socialismo, todas as vertentes do liberalismo, o jansenismo, o galicanismo, o regalismo, o deísmo, a liberdade de imprensa e o casamento civil, dentre outras manifestações (SANTIROCCHI, 2010, p.24).

Durante o pontificado do papa Pio IX, a Igreja Católica passou por um processo de restauração religiosa, com o incentivo da segunda evangelização motivada pela crença marcadamente devocional, pela crescente presença de imigrantes e pela organização da hierarquia eclesiástica. Se a primeira evangelização havia sido patrocinada pela Coroa portuguesa, este novo processo foi promovido pela *propaganda fidei*, que buscava a aproximação do clero aos preceitos de Roma, a aplicação dos princípios do primeiro Concílio de Trento, a formação e a purificação do clero regional e a organização das dioceses. Dada a escassez de pessoal brasileiro preparado para tal empreendimento, o bispado da Igreja reformada decidiu lançar um forte apelo à vinda de congregações europeias, que passaram a atuar em um amplo movimento missionário – tanto para o Brasil como para a América Latina e a África. As missionárias salesianas chegaram à América seguindo as orientações da *propaganda fidei*, colocando-se a serviço de Roma para a implantação da Reforma Tridentina.

A instalação das Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil foi parte de um movimento muito mais amplo que envolveu a Igreja Católica durante o Oitocentos. A partir da metade do século XIX, as congregações católicas europeias sofreram um processo de diáspora, encaminhando-se principalmente para a África e para as Américas. Este movimento pode ser explicado a partir de três elementos interdependentes, de acordo com Paula Leonardi: a busca pela retomada de espaços políticos por parte da Igreja Católica com o estímulo à missão *ad gentes*, a perda de espaço das congregações docentes em alguns países como a França, e a feminização do catolicismo ocorrida durante o século XIX na Europa (LEONARDI, 2009, p.181). Esta afirmação fica mais evidente a partir da análise do levantamento realizado nos arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo, através do relatório do Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social – CERIS de 1965, em que foi possível quantificar e qualificar este movimento diaspórico em terras brasileiras, mostrando que, ao longo das duas últimas décadas do século XIX, o Brasil

recebeu 17 congregações femininas – já entre 1900 e 1912, esse número dobrou (CERIS, 1965).

Como o objetivo de retomar antigos espaços perdidos graças à secularização progressiva dos diversos Estados, além de conseguir novos territórios até então pouco explorados ou desconhecidos pela Igreja Católica e ainda garantir a centralização do poder e a obediência ao Sumo Pontífice, uma das principais ações da Santa Sé como parte deste movimento foi o estímulo à prática missionária voltada para a evangelização e educação dos povos. Durante período imperial, vigoravam alguns decretos que impediram que as ordens religiosas presentes no país recebessem noviços e também interferiram na chegada de outras congregações, buscando interromper a vinda de estrangeiros, principalmente daqueles que fossem religiosos. Além disso, após 1854, nenhuma diocese nova foi fundada no país, fazendo com que estas ações imperiais explicassem a entrada muito reduzida das congregações estrangeiras (MOURA, 2000, p.93).

Ainda que a República tenha rompido com o regime do padroado e a nova Constituição tenha proclamado um Estado laico, os dados revelam um grande aumento da chegada das congregações religiosas católicas ao Brasil, atestando uma aliança velada entre o governo e a Igreja a fim de preencher as lacunas que o poder temporal não era capaz de cobrir. O Estado transformou a educação básica, tida como a solução para todos os males sociais e responsável pelo desenvolvimento do sentimento de nacionalidade, em uma responsabilidade dos estados, tardando para criar um sistema de educação efetivo (LEONARDI, 2004, p.75). Não havia um quadro de professores suficiente para suprir as necessidades do período (e a preocupação com a criação de Escolas Normais públicas demorou para se cristalizar), fazendo com que as ordens e congregações religiosas suprissem essa ausência, atendendo aos diversos grupos sociais. Nesse sentido, deu-se a liberação (se não explícita, ao menos condescendente) da ação de congregações estrangeiras em território nacional para educar, especialmente as meninas, que eram tidas como as disseminadoras de moral e dos ideais dentro dos lares, as educadoras por excelência (ROSSI & INÁCIO FILHO, 2006, p.84).

Cabia à Igreja Católica a tarefa de se federalizar no Brasil, através da formação de clérigos para seus quadros internos e da construção de edifícios que

comportassem sua expansão. A presença do clero estrangeiro e a nomeação recente de vários bispos romanizados garantiram à Santa Sé a propagação da política da romanização no país, significando também a europeização do clero, introduzindo ordens e congregações iluministas que trouxeram novas práticas religiosas a fim de combater a Igreja do Brasil, pouco hierárquica e menos ligada às práticas e sacramentos tradicionais da Igreja de Roma (BEOZZO, 1980, p.56). Entre 1890 e 1930, fundaram-se 56 novas dioceses, 18 prelazias e 3 prefeituras apostólicas no Brasil, para as quais foram nomeados 100 bispos, concentrados especialmente na região Nordeste, em São Paulo e em Minas Gerais. O recrutamento das congregações em vários segmentos garantia o recrutamento de novos religiosos (MICELI, 1988, p.33). Ainda que o espaço privilegiado para a educação fossem os internatos, buscava-se atingir todos os grupos sociais, incluindo aqueles que não podiam matricular seus filhos e filhas nos internatos.

Sob os olhos da História Cultural, o foco de nossa análise centra-se no estudo das táticas e estratégias utilizadas para a implantação do projeto religioso das Filhas de Maria Auxiliadora no estado de São Paulo para se adaptarem a populações bastante distintas em todo o território, pensando sobre as ortopráticas empregadas para esse fim. Ainda que o centro da análise recaia sobre a dimensão educacional da ação salesiana no Brasil, compreendemos a ação como um projeto religioso mais complexo, visto que nas primeiras décadas de instauração das Filhas de Maria Auxiliadora em terras brasileiras foram desenvolvidas uma série de atividades distintas – como orfanatos, casas de repouso, hospitais e associações beneficentes, além das escolas – mostrando como a atividades missionária feminina salesiana abrangia praticamente todas as esferas públicas e se constituía como um projeto social completo.

(as missões) são, para muitas populações, o intermediário que introduziu em seu seio a modernidade, com as escolas ou a ação sanitária e social. Em torno das missões se constrói um conjunto de serviços cuja eficácia é multiplicada pela participação dos autóctones. O primeiro círculo, cujo centro é ocupado pelos missionários homens, conta com um número importante de mulheres, religiosas ou leigas, encarregadas de ajudar e formar mulheres autóctones. Comporta também agentes especializados (irmãos de congregações religiosas, no

caso dos católicos), encarregados das tarefas materiais (construção das instalações, agricultura, marcenarias, olarias...) e do ensino (PRUDHOMME, 2009, pp.438-9).

Ao discutir a grandeza da implementação de congregações católicas femininas fora da Europa, a cientista política Elisabeth Dufourcq traça uma cartografia do processo de diáspora destas instituições, analisando os diferentes aspectos de sua vocação missionária (como o trabalho educativo, a ação na saúde e o cuidado com os órfãos), sua evolução nos diferentes períodos e as principais características destas irmãs que assumiram a prática missionária. De acordo com Dufourcq, em 1900 (antes das leis clericais), um contingente de 20 mil mulheres, distribuídas por 55 congregações femininas distintas, ocupavam 80 países não-europeus diferentes, especialmente na América e na África (DUFOURCQ, 1993, p.59).

Por sua vez, ao expor a questão da exportação de modelos culturais historicizados, Philippe Delisle questiona acerca dos modos como a ação congregacionista católica foi capaz de se transformar ao entrar em contato com as populações estrangeiras (DELISLE, 2001, pp. 55-6). Mesmo com as inevitáveis modificações aos costumes da sociedade paulista, as religiosas italianas introduziram à sociedade brasileira uma forma de organização do cotidiano e uma visão educativa tidas não apenas como católicas, mas especificamente como italianas, o que suscita o desejo de conhecer ainda mais sobre os objetivos da congregação ao se lançar na aventura missionária e sobre o modo com tais objetivos tiveram que se modificar no Brasil, devido ao recrutamento de irmãs locais e do contexto político e religioso (ROGERS, 2014, p.63).

De Mornese a São Paulo

O Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora foi fundado em 1872, na cidade italiana de Mornese, como uma união das Filhas da SS. Imaculada (criada anteriormente por padre Domenico Pestarino) e da Congregação dos Salesianos, passando a ser considerado como o braço feminino da obra de D. Bosco, contando com a aprovação do bispo da diocese de Acqui. De acordo com o documento oficial apresentado à Santa Sé

no mesmo ano, o Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora foi designado por Dom Bosco como um apêndice dependente da Congregação Salesiana: *Casa de Maria Auxiliadora, em Mornese: apêndice e dependente da Congregação Salesiana. Tem por finalidade fazer pelas meninas pobres o que os salesianos fazem pelos meninos* (CERIA, 1941, p.126).

A vinculação estreita entre as Filhas de Maria Auxiliadora e a Congregação Salesiana foi uma das prioridades de Dom Bosco durante toda a sua vida. De acordo com Eugênio Ceria, um dos mais importantes historiadores da obra de Dom Bosco:

As Filhas de Maria Auxiliadora dependiam canonicamente dos bispos, em cujas dioceses residiam, não sendo ainda o instituto de direito pontifício. Esta situação provocou em alguns lugares dificuldades de várias espécies; para removê-las pela raiz, algumas pessoas de autoridade opinavam que convinha fazer aprovar o instituto pela Santa Sé. Mas Dom Bosco não tinha nenhuma pressa de chegar a tal ato, bem sabendo como Roma se inclinava a tornar as congregações femininas independentes das masculinas. Para ele, tal separação parecia ainda prematura, porque sentia ainda necessidade de tempo para formar as irmãs naquele espírito que queria infundir nelas. Importava, pois, muito que nisto ele pudesse ter mão livre (IDEM, p.44).

Motivada por esse vínculo de dependência, a chegada das Filhas de Maria Auxiliadora tanto para a América Latina quanto para o Brasil foi sempre precedida pela vinda dos padres salesianos, que aportaram no continente em 7 de dezembro de 1875, no Rio de Janeiro, em trânsito para Buenos Aires. A partir desse período, o bispo D. Pedro Maria de Lacerda despertou interesse pela vinda da comunidade salesiana para o Brasil, buscando reforçar o programa de reforma católica que havia sido introduzido em sua diocese. Dois anos depois, o próprio D. Lacerda encontrou-se pessoalmente com D. Bosco em Roma e em Turim, passando a aumentar o diálogo para o envio dos salesianos como colaboradores do processo de romanização no Brasil.

As primeiras filhas de Maria Auxiliadora deixaram a Itália em 1877. De acordo com a *Cronistoria* da Instituição, um grupo chefiado pelo padre Tiago Costamagna composto de missionárias salesianas e religiosos salesianos fez escala no

porto do Rio de Janeiro. Em 8 de setembro, foi comunicada à comunidade a decisão do envio das primeiras Filhas de Maria Auxiliadora para o Uruguai, tomada por Dom Bosco (Cronistoria, 1976, p.276). Desta visita, o grupo obteve a pior impressão possível, designando a cidade como o “covil de Satanás”.

O primeiro grupo de missionárias do Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora instalou-se no Colégio de Villa Colón, no Uruguai, sob a direção do padre Luís Lasagna – que viajou à Itália em 1881 para tratar de questões de saúde, tendo também a oportunidade de travar um diálogo mais aberto com Dom Bosco a respeito da expansão da obra salesiana na América Latina. Partindo desta prerrogativa, o líder dos salesianos decidiu criar a Inspeção Salesiana do Uruguai e do Brasil, em 8 de dezembro de 1881, nomeando o padre Lasagna como primeiro inspetor. Mesmo que ainda não houvesse nenhuma casa salesiana em solo brasileiro, o inspetor foi ao Rio de Janeiro, em maio de 1882, para discutir com D. Pedro de Lacerda acerca da instalação de uma casa salesiana no Rio de Janeiro, provavelmente em Petrópolis.

De acordo com o padre Luís Lasagna, a missão dos padres salesianos e das missionárias do Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora deveria ultrapassar o cuidado dos jovens pobres e abandonados, alcançando também a abertura de colégios para a classe média, buscando contrapor o ensino confessional católico salesiano ao ensino leigo implantado pela República, respondendo a uma das principais metas dos bispos reformadores ultramontanos. Em carta de 3 de agosto de 1882 ao padre Giovanni Cagliero (primeiro bispo salesiano), Luís Lasagna solicita uma expedição com 10 missionárias e 10 padres salesianos, incluindo algumas irmãs instruídas em piano, francês e bordado e uma “de bom espírito”, capaz de se tornar a inspetora das Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil e no Uruguai, antevendo a necessidade de dotar o Instituto de maior autonomia (AZZI, 1986, pp.50-1).

A intenção do inspetor da Congregação Salesiana na América Latina era trazer as Filhas de Maria Auxiliadora ao Brasil desde o início dos anos de 1880, mas este projeto teve que ser retardado por uma década, visto que o Rio de Janeiro apresentava uma corrente crise de febre amarela, que poderia ameaçar a vinda das religiosas, e um forte anticlericalismo que hostilizava a instalação de novos institutos religiosos, fazendo com que nenhuma proposta fosse considerada como ideal para a vinda das missionárias

salesianas. As Filhas de Maria Auxiliadora chegaram ao Brasil em 1892, dentro deste movimento de diáspora religiosa. Elas seguiram o caminho tradicional das principais congregações da época, chegando ao Uruguai em 1877, fundando uma inspetoria logo em sua instalação e, depois de dar início ao trabalho educativo e missionário na América Latina, criaram uma missão com 13 irmãs para dar continuidade ao trabalho no Brasil. Sua primeira casa brasileira foi o Colégio do Carmo, na cidade de Guaratinguetá, escolhida pela proximidade à Lorena – onde já havia uma casa dos salesianos de Dom Bosco e onde a demanda pela educação católica feminina era acentuada.

Dom Lasagna procurou incrementar o desenvolvimento do Colégio D. Joaquim, também porque esta casa estava destinada a ser o ponto de apoio das irmãs salesianas, que ele tencionava trazer ao Brasil. Convém saber que naquele tempo, o Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora (é este o verdadeiro nome da congregação feminina fundada por Dom Bosco) dependia quase inteiramente da Congregação Salesiana. Os Superiores e Inspectores Salesianos também eram tais para as irmãs. Os diretores das casas, que tinham anexas ou nas proximidades uma comunidade de irmãs, nas linhas gerais dirigiam também essas obras das irmãs. Este regime durou mais ou menos até 1906, quando foi feita uma separação completa (MARCIGAGLIA, 1955, p.49).

As linhas gerais para a implantação dos colégios eram enviadas pela Casa Mater das Filhas de Maria Auxiliadora, na Itália. O primeiro colégio da instituição situava-se em Mornese, a terra natal de Madre Maria Mazzarello, fundadora da congregação, sua primeira superiora e santificada em 1951. Todos os regulamentos dos colégios da congregação no Brasil seguiam o mesmo regulamento inicial italiano, com uma série de normas de conduta que iam da vestimenta das alunas aos procedimentos das professoras. Uma das principais responsáveis pela atualização destas normativas, no início do século XX, foi a Irmã Clélia Genghini.

A escolhida como a primeira visitadora das Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil e, por conseguinte, a líder da primeira expedição foi italiana Irmã Teresa Rinaldi. A estratégia da instalação das Filhas de Maria Auxiliadora havia alcançado o efeito

esperado. Ao invés de iniciar a obra pelas grandes cidades, foram escolhidos os pequenos centros urbanos do interior, onde o espírito liberal era menos presente e a tradição católica era muito mais forte, compondo-se de uma população que respeitava mais os ministros de culto e as pessoas consagradas à Igreja. Instaladas em Guaratinguetá, as irmãs deram início imediato às atividades educativas em regime de internato, com quarenta alunas para o ensino primário, priorizando meninas com posses (dadas as altas mensalidades e as exigências para a composição do enxoval), ainda que também abrissem as portas para meninas mais pobres, condicionando sua permanência à caridade pública e ao “providencialismo divino”. O atendimento às alunas das classes mais baixas também estava previsto nos oratórios festivos, compostos por sessões de catequese, festividades e aulas aos domingos. Até 1903, o colégio também mantinha a sede do noviciado das salesianas no Brasil, transferindo-a então para Lorena. A figura principal para o auxílio da instalação das irmãs foi Pe. João Filippo, responsável pelas negociações com os padres salesianos para trazer a congregação para Guaratinguetá (após a decisão, em 1882, da construção do Colégio São Joaquim pelos padres salesianos em Lorena), pelas negociações para a sessão do terreno para a construção do Colégio do Carmo e pela condução das obras, entre 1887 e 1891.

Em que a educação das Filhas de Maria Auxiliadora diferiu do modelo proposto pelo Estado e pelas outras congregações? Em primeiro lugar, é importante destacarmos as bases do Sistema Preventivo, a pedagogia característica das escolas salesianas. Em síntese, o método é composto por três bases: a **razão**, que deve desenvolver a motivação, a comunicação e a persuasão quando a comunidade entra em diálogo; o **afeto** (ou amorevolezza), que deve ser altruísta, desinteressado e incondicional; e a **religião**, tendo a fé como base da vida, a luz para iluminação dos caminhos e a procura que torna a comunidade atenta para a dinâmica da vida. Nesse sentido, os dois elementos principais para a vida em comunidade são a alegria cristã e a disponibilidade para o próximo, para a caridade. A principal função do Sistema é cuidar da estudante de forma completa, impedindo que seu erro aconteça – e não agindo no momento da correção (BRAIDO, 2016, p.32).

Referências

AZZI, Riolando. As Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil in AZZI, Riolando & BEOZZO, José Oscar (orgs.) **Os religiosos no Brasil** – enfoques históricos. São Paulo: Paulinas, 1986.

BEOZZO, José Oscar et all. **História da Igreja no Brasil**. Ensaio de interpretação a partir do povo. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1980.

BRAIDO, Pietro. **Prevenir, não reprimir: o Sistema Preventivo de Dom Bosco**. Cidade do Porto: Edições Salesianas, 2016

CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÃO SOCIAL. **Anuário Católico do Brasil**. Rio de Janeiro: CERIS, 1965.

CERIA, Eugenio. **Annali della Società Salesiana: dalle origini alla morte di S. Giovanni Bosco**. Turim: SEI, 1941, vol. I.

Cronistoria, Instituto Figlie di Maria Ausiliatrice, Turim, 1976, vol.II.

DELISLE, Philippe. Congrégations enseignantes et missions extérieures. L'exemple des Frères de Ploërmel et des Sœurs de Saint-Joseph de Cluny aux Antilles françaises (XIXe siècle). **Mémoire spiritaine**, Paris, n. 13, premier semestre 2001

DUFOURCQ, Elisabeth. **Les aventurières de Dieu**. Trois siècles d'histoire missionnaire française. Paris: Éditions Jean-Claude Lattès, 1993.

LEONARDI, Paula. Puríssimo Coração: um colégio de elite e sua imagem. **Pró-Posições**, v. 15, n. 2 (44), Campinas, 2004.

LEONARDI, Paula. “Igreja Católica e educação feminina: uma outra perspectiva” in **Revista HISTEDBR Online**. Campinas, n. 34, pp. 180-198. Jun.2009.

MARCIGAGLIA, Luiz. **Os salesianos no Brasil: ensaio de crônicas dos primeiros vinte anos da obra de Dom Bosco no Brasil (1883-1900)**. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1955. Vol. I.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MOURA, Pe. Laércio Dias de. **A Educação Católica no Brasil**. São Paulo/Brasília: Edições Loyola/Associação Nacional de Mantenedoras de Escolas Católicas do Brasil, 2000.

PETTAZZONI, Raffaele. **La religione primitiva in Sardegna**. Piacenza: Societa Editrice Pontremolese, 1912. In GIUSTI, Sonia (org.) **Storia e Mitologia, com antologia di testi di Raffaele Pettazzoni**. Roma: Bulzoni, 1988.

PRUDHOMME, Claude. “A Ação missionária nos séculos XIX e XX” in CORBIN, Alain (org.) **História do Cristianismo** – para compreender melhor nosso tempo. São Paulo: WWF Martins Fontes, 2009. p. 435-439.

ROGERS, Rebecca. “Congregações femininas e difusão de um modelo escolar: uma história transnacional” in **Pro-Posições**, v. 25, nº 1 (73), pp.55-74, jan.-abr. 2014.

ROSSI, Michelle Pereira da Silva & INÁCIO FILHO, Geraldo. As congregações católicas e a disseminação de escolas femininas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. **Revista Histedbr on line**, Campinas, n. 24, p. 79 – 92, dez 2006.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. “Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma”. In **Temporalidades** – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. Vol 2, nº 02, agosto/dezembro de 2010.